

HISTÓRIAS DA NOSSA TERRA

Episódios da História de Alhos Vedros num contexto regional, desde as indefinidas origens até ao século XVI

Luís Carlos dos Santos

O Largo da Graça 

(palavras de tudo e coisa nenhuma)

Título:
Histórias da Nossa Terra

Autor:
Luís Carlos dos Santos


Imagem da Capa:
Luís da Cruz Guerreiro
El-Rei D. João I chega a Alhos Vedros em 1415
(azulejaria artística)

1ª Edição – Agosto/2015

© Luís Carlos dos Santos

Depósito Legal: **396209/15**

Impressão Print On Demand Liberis

O Largo da Graça 

(Palavras de tudo e coisa nenhuma)

Curiosidades:



Diz-se que O Pão de Açúcar, um dos lugares emblemáticos do Rio de Janeiro, terá ganho o seu nome a partir da peça de cerâmica que se vê na imagem e que se chama, justamente, pão-de-açúcar, muito utilizada na época dos Descobrimentos Portugueses. Nela se obtinha a partir da cana do açúcar que vinha da Madeira ou do Brasil, o tal "pão-de-açúcar", uma pasta muito doce usada na alimentação. Esta cerâmica, exposta no Museu do Fuzileiro em Vale de Zebro, foi acabada nos Fornos de Cerâmica da Mata da Machada (séc. XV-XVI), então Concelho de Alhos Vedros.

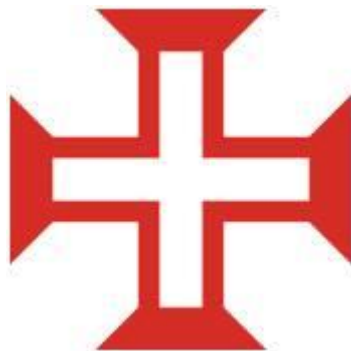


A forma dos biscoitos, os tais que serviam de alimentação aos nautas das caravelas que participaram na Expansão Ultramarina Portuguesa. Estes biscoitos eram feitos no Almojarifado dos Fornos do Vale de Zebro, Alhos Vedros, séc. XV e XVI.

*ao Círculo de Animação Cultural de Alhos Vedros,
a Alhos Vedros e ao Barreiro.*

ÍNDICE

I - Alhos Vedros e região, das origens até finais do século XVI.....	9
II - “Valorizando a Nossa História” – Texto de Conferência nas Comemorações dos 500 anos de Foral.....	35
III - Textos escritos para a Revista “Alius Vetus”	55



NOTA INTRODUTÓRIA

Estamos a atravessar um período de grande significado e importância quanto à História da nossa região. Durante todo o ano de 2014, tivemos as Comemorações dos 500 anos da atribuição da Carta de Foral a Alhos Vedros pelo Rei D. Manuel I. Este ano, 2015, tem a comunidade recordado os 600 anos da passagem do Rei D. João I por Alhos Vedros e o Conselho Régio onde se decidiu da conquista de Ceuta que costuma ser assinalada pelos historiadores como a primeira etapa da Expansão Ultramarina Portuguesa. Afinal, dois acontecimentos muito importantes não só em termos locais, mas também com interessantes relações face à história do próprio país, episódios que, desde logo, atestam da sua significativa relevância.

Como temos ao longo dos anos dedicado alguma atenção à história da nossa região, decidimos partilhar agora em livrinho algumas das reflexões escritas que fomos produzindo em tempos mais recentes. Um conjunto de textos que não pretende constituir mais do que um pequeno contributo para um maior conhecimento da nossa história, a par de muitos outros que se têm vindo a desenvolver, e que nos tem permitido perceber que temos, realmente, entre mãos, um património cultural valioso que muito se tem tardado em reconhecer.

O livrinho divide-se em 3 capítulos:

- um primeiro, onde se referem alguns episódios sobre a história da região, desde as suas origens até finais do século XVI;
- um segundo, onde se colocam um conjunto de questões que partem desses episódios relatados no primeiro capítulo, com o

propósito de elaborar conferência que foi realizada no Moinho de Maré de Alhos Vedros durante as “Comemorações dos 500 anos de Foral”. A linha de continuidade que existe entre estes dois capítulos fez com que se introduzissem referências bibliográficas comuns, sendo também essa a razão porque algumas frases são alvo de repetição;

- e um terceiro, e último, constituído por textos publicados na *Revista “Foral 2014”, AliusVetus Associação Cultural História e Património*, resultantes de convite que nos foi dirigido por Vítor Cabral, um dos seus responsáveis.

E, pronto, resta-nos o desejo de que o livrinho seja útil.

Luís Santos

1/8/2015

I - Alhos Vedros e região, das origens até finais do século XVI

1. Sobre as origens de Alhos Vedros

Um dos textos mais antigos que se conhecem escritos em Português é o testamento de D. Afonso II, datado de 27 de Junho de 1214. Recentemente foi descoberto um outro “A Notícia de Fiadores”, de 1175, que faz recuar no tempo a história da escrita da Língua Portuguesa.

Sobre Alhos Vedros, um dos textos mais antigos que existe, senão o mais antigo, onde se faz referência também à sua Igreja, remonta ao início de 1298.¹

É sabido que D. Afonso Henriques, no movimento de reconquista do território peninsular, então ocupado pelos mouros, chega a Palmela em 1147, ano em que se dá início a alguns avanços e recuos territoriais entre cristãos e árabes. A conquista definitiva desta vila só acontece no ano de 1205 com D. Sancho I.

Reza a lenda que, por estas alturas, corria em Alhos Vedros um Domingo de Ramos, estavam as suas gentes a comemorar missa na Igreja Matriz quando do alto do serrado de Palmela desceram os mouros para guerrearem com os cristãos. Avisados da invasão, socorreram-se os habitantes do lugar com aquilo que tinham mais à mão e com as “palmas” com que comemoravam os ofícios divinos conseguiram derrotar e afugentar o exército inimigo. Dada a clara e inesperada vitória foi de milagre da Nossa Senhora que se tratou. É por isso que, desde então, de forma

¹ ALVES, Pe. Carlos Póvoa, Informações Paroquiais de Alhos Vedros e Moita, Edição Igreja Paroquial de Alhos Vedros, 2007, p.129

mais ou menos ininterrupta, se organiza procissão em honra da Nossa Senhora dos Anjos.²

Milagre ou não, certo é que Alhos Vedros já existe no século XIII, mas a pergunta persiste, qual será a sua verdadeira idade?

O que se pode dizer é que o povoado de Alhos Vedros já vem, pelo menos, desde perto dos inícios da Nação. A nossa principal data de referência, é o ano de 1205, quando D. Sancho I, filho de D. Afonso Henriques, conquista definitivamente a vila de Palmela aos mouros e do povoamento territorial que se lhe segue.

Para lá destes acontecimentos, abre-se um hiato no tempo que não nos possibilita ir mais além na história do povoado. Isto porque, pelo menos por agora, quer em termos históricos, quer arqueológicos, não dispomos de dados que o permitam comprovar.

Como sabemos, até que Portugal se estendesse do Minho e Trás-os-Montes ao Algarve, o território esteve ocupado por povos árabes durante mais de 500 anos. Esses povos chegaram à Península Ibérica no início do século VIII, mais precisamente no ano de 711, e a ocupação de território português estendeu-se até à data da conquista definitiva do Algarve por D. Afonso III, em 1249.

Até agora, as investigações arqueológicas feitas em Alhos Vedros e região circundante não encontraram vestígios que nos possam fazer prolongar com segurança a ocupação humana deste lugar ao período árabe. Assim, até prova em contrário, o nome de Alhos Vedros, tal como dos lugares próximos que hoje

² SILVA, Víctor, Contributos para a História Local do Concelho da Moita, Vol.1, Edição do Autor, 2005, pp. 144-145

constituem o Concelho, só podem ser dados como existentes depois da cristianização destes lugares.

Mas, embora só nos seja permitido alargar a história de Alhos Vedros até ao século XIII, muitos são os dados arqueológicos que dão conta do povoamento da região em datas mais recuadas. Nas pesquisas arqueológicas que se têm feito um pouco por todo o Concelho, muitos são os vestígios encontrados que apontam para uma ocupação deste território, pelo menos, até ao Paleolítico, ou seja, há 30 mil anos atrás. Como diz António Gonzalez, “Na campanha de prospeções sistemáticas do Concelho da Moita e na zona da Baixa da Banheira na península denominada Ponta da Passadeira encontrámos os vestígios de uma raríssima e bem conservada olaria do neolítico antigo evolucionado (3.000 AC) sob a qual um acampamento do paleolítico médio (cerca de 30.000 anos AC) torna o local ainda mais digno de interesse.”³

A título de mais um exemplo sobre o antigo povoamento da região, entre outros possíveis, referimos o sítio arqueológico do Gaio, onde uma intervenção conduzida sob a égide do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal nos dá conta de vários achados arqueológicos de grande importância para a região. Citando, “Uma das contribuições mais relevantes do estudo de ocupação neolítica do Gaio reside no facto de se ter exumado uma indústria em pedra lascada bem contextualizada e datável do Neolítico antigo evolucionado.”⁴

³ GONZALEZ, António, Prospeções arqueológicas em locais de obras no Concelho da Moita e seu acompanhamento, in I Jornadas de História e Património Local. Edição Câmara Municipal da Moita, 2004, p.64.

⁴ SOARES, Joaquina, SILVA, Carlos Tavares, GONZALEZ, António, Gaio: Um Sítio do Neolítico Antigo do Estuário do Tejo, in I Jornadas de História e Património Local. Edição Câmara Municipal da Moita, 2004, p.58

Podemos, pois, concluir que embora se saiba que o povoamento desta região remonta há muitos milhares de anos atrás, só é possível falar com segurança da existência do nome de Alhos Vedros a partir do século XIII, já que os documentos escritos mais antigos datam deste período. Muito provavelmente, só a insistência em estudos arqueológicos nos poderá trazer novas informações para o futuro.

2. A Igreja Matriz e Dom Dinis

Embora não se conheça a data certa da sua edificação, pensa-se que a Igreja Matriz de Alhos Vedros tenha sido construída no século XIII, contando, por isso, perto de 800 anos.

Há quem palpite que a construção do seu núcleo inicial tenha acontecido no século XII, em 1146 ou 1147⁵, e que tenha sido construído em cima de uma mesquita árabe que já existiria anteriormente na freguesia, então ocupada pelos mouros, mas a verdade é que não se pode afirmar com rigor que quer a Igreja, quer Alhos Vedros, pelo menos com este nome, tivessem origem pré-cristã.

É sabido que D. Sancho I concede, em 1185, o território da zona ribeirinha do Tejo à Ordem de Santiago, sediada em Palmela, mas nada nos diz que à época já existisse uma Igreja em Alhos Vedros. Decerto, poderão vir a ter os nossos arqueólogos uma palavra a dizer sobre o assunto, e que possa legitimar, ou não, a tal lenda na Nossa Senhora dos Anjos.

⁵ SILVA, Vítor Manuel, Contributos para a História Local do Concelho da Moita, edição do autor, 2006, p.89, citado de MIRANDA, António Augusto Lobo de, Comércio de Portugal, Interesses Locais, 24 e 26 de Agosto de 1887, XIII e XIV.

Como já se disse, o documento escrito mais antigo que refere a existência da Igreja Matriz é de 1298, já reportado de acordo com o calendário da era cristã. Referimos o pormenor porque o calendário da era de César que vigorava antes do cristão, só foi anulado em Portugal em 1415, o que em documentos antigos implica que se tenha de deduzir aquela data 38 anos, mas não é este o caso.

O ano de 1298 leva-nos até D. Dinis, nascido em 1261, depois coroado Rei de Portugal no ano de 1279 e até 1325. Há referências no seu reinado à existência de estaleiros de construção naval na área do termo de Alhos Vedros.⁶

Como é sabido, foi D. Dinis que fundou a Marinha Portuguesa. E, dizia Fernando Pessoa, a plantação do Pinhal de Leiria foi “uma plantação de naus a haver” que depois haveriam de ir às descobertas. Coisas de poetas, pois que poeta, trovador, também foi o nosso rei. E se era poeta, impôs que na corte se tinha de falar em Língua Portuguesa, onde a partir de então se consolidou para ir ao mundo.

Ficou conhecido como o Rei Lavrador, poderoso que foi o seu jeito reformista na política agrícola do país, jeito reformador que também teve na educação e, vai daí, funda os “Estudos Gerais”, em Lisboa, a primeira Universidade Portuguesa que muito ajudou a dar “novos mundos ao mundo”, como diria Luís de Camões, já que vamos com poetas.

E, neste jovem país, pois que as fronteiras tinham sido definidas pouco tempo atrás, ao arrepio do Papa e da poderosa corte francesa que juntos deram a terrível ordem de aniquilamento

⁶ Cf., ALVES, P. Carlos Póvoa, Informações Paroquiais de Alhos Vedros e Moita, Edição Igreja Paroquial de Alhos Vedros, 2007 (3ª edição), p.129.

dos famosos Templários, por razões que agora não vêm ao caso, o nosso Rei não só os protegeu como lhes manteve os privilégios. E, foi assim que em Portugal a Ordem do Templo passou a Ordem de Cristo, a tal que teve um papel determinante na expansão ultramarina.

Não poderíamos acabar esta alusão a D. Dinis sem falar na sua Santa companheira, a Rainha Isabel de Aragão, ao que parece mulher muito piedosa, amiga dos pobres, espírito pacifista e, dizem, milagreira. Foi ela que introduziu em Portugal o famoso culto popular do Espírito Santo que cultuava a partilha de bens pelos mais pobres, ocupava-se com a libertação social dos desavindos e, ponto alto da festa, sempre se coroava simbolicamente uma criança como imperador do Reino. Ora, como nós sabemos, e insistindo com Fernando Pessoa, “o melhor do mundo são (mesmo) as crianças”. O parêntesis é nosso.

Sobre a Rainha Isabel, “Um escritor, que viveu, no tempo da nossa santa Protectora, e que a conheceu, de perto, diz que não havia obra de misericórdia que ela não praticasse. Vestia os nús, mandava socorrer com alimento os famintos, visitava e fazia visitar os enfermos, aos mortos era dada a expensas suas sepultura decente e cristã, satisfazia as dívidas dos desgraçados, reprendia os que andavam mal encaminhados; dava bons conselhos, para preservarem, aos que se achavam em perigo de tentação, com seus dinheiros remia os cativos, ou concorria para a remissão deles.”⁷

⁷ História Popular da Rainha Santa Isabel, Gráfica de Coimbra, 1988, p.34

3. Alhos Vedros e o antigo Concelho do Ribatejo

Estamos em meados do século XIII quando se fecha o retângulo, duplo quadrado, em que se constitui Portugal, após a conquista definitiva de Algarve aos árabes. O acabado rosto da Europa que “fita com olhar esfíngico e fatal o Ocidente, futuro do passado”, como se diz na *Mensagem*.⁸

Mais ou menos por essa altura, Alhos Vedros vai-se consolidando como *Villa* e ganhando, cada vez mais, acrescida importância regional. De facto, até ganhar autonomia municipal no século XIV, Alhos Vedros constituía, pelo menos, desde meados do século XIII, um dos principais centros administrativos da margem sul do Tejo, entre Aldeia Galega (Montijo) e Coina, naquele que era, então, designado por Concelho do Ribatejo. Essa, provavelmente, a razão porque a Moita ainda hoje é designada por Moita do Ribatejo.

Nesses tempos do antigo Concelho do Ribatejo, Alhos Vedros constituía conjuntamente com Santa Maria de Sabonha, hoje freguesia de S. Francisco pertença do Concelho de Alcochete, os dois principais centros territoriais do tempo.

Como diz José Manuel Vargas, “Em meados do séc. XIV, Alhos Vedros caminhava no sentido da sua autonomia municipal, separando-se do concelho de Ribatejo, do qual era, junto com Sabonha, uma das suas sedes concelhias. Desde 1348, pelo menos, que se conhecem referências a um paço do concelho em Alhos Vedros e a diversos ofícios da administração municipal

⁸ PESSOA, Fernando, *Mensagem*, Edições Ática, Lisboa (14ª edição), p.23

(juizes ordinários, porteiro do concelho, inquiridor do número), bem como a tabeliães do concelho.”⁹

Saliente-se, pois, que entre a conquista definitiva de Palmela por D. Sancho I, o filho do primeiro Rei de Portugal D. Afonso Henriques, e o período em que Alhos Vedros se constitui em sede de Concelho vão em números redondos pouco mais de cem anos. Pode-se, portanto, concluir que Alhos Vedros constituiu logo desde muito cedo, a partir do nascimento de Portugal, um importante centro regional do país.

Importante também será dizer que os direitos senhoriais de Alhos Vedros, desde finais do século XIII, eram em larga medida pertença da Ordem de Santiago. Mas, “Por uma carta régia, datada de 1395 (28 de Agosto), sabemos agora que todos os direitos, rendas e senhorios de Alhos Vedros e do seu termo foram comprados por Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da Puridade de D. João I.”¹⁰

Esclareça-se aqui que “escrivão da Puridade” era um cargo à época de altíssima importância na hierarquia da administração régia, um “quase” primeiro-ministro dos tempos atuais.¹¹

Podemos concluir, então, que nesta altura em finais do século XIV, se não desde tempos mais recuados, Alhos Vedros é muito pretendida por gente da corte, já que, ao que parece, também um dos filhos de D. João I tinha palácio nesta banda do rio, embora as fontes documentais que referem este facto sejam consideradas tardias pelos historiadores locais. Referimo-nos a D. Afonso, Conde de Barcelos, filho bastardo do Rei.

⁹ VARGAS, José Manuel, Aspectos da História de Alhos Vedros (séculos XIV a XVI), Edição da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, 2007, p.11.

¹⁰ idem, *ibid.*, p.14

¹¹ Cf., PRÔA, Miguel Pires, Escrivães da Puridade, Blogue Gaveta com Saber, 11/10/2009 (url: <http://gavetacom saber.blogspot.pt/2009/10/escrivaes-da-puridade-secs-xiii-xviii.html>)

4. O luto de D. João I e de D. Nuno Álvares Pereira

D. Afonso IV, rei de Portugal entre 1325 e 1357, filho de D. Dinis e seu sucessor, na esteira das políticas do pai, desenvolveu muito a Marinha Portuguesa, nomeadamente a Marinha Mercante. É ainda durante o seu reinado que se fazem as primeiras explorações atlânticas e se descobrem as Ilhas Canárias. A existência de estaleiros de construção naval, neste período, no Concelho de Alhos Vedros, não será alheia ao incremento desta política nacional virada para o mar.

D. Afonso IV, infelizmente, acabaria também por ficar na história pelas piores razões, ter mandado matar Inês de Castro, por quem se apaixonara perdidamente o seu filho, infante D. Pedro, já depois de ter desposado a Rainha Constança Manuel. Coisa extraordinária, em que o coração se sobrepõe à razão, mas que por incompreensão real acabou em vários problemas de Estado e tragédias familiares. Entretanto, a peste negra tinha chegado do norte da Europa para ficar e atrás de Inês de Castro foi, segundo rezam as crónicas, mais de um terço da população portuguesa.

Como a sucessão monárquica do poder se faz preferencialmente por legítimo filho primogénito, o que D. Pedro não teve tempo nem vontade de o fazer com a rainha, acabou por ter que ascender na liderança do Reino um D. Fernando ilegítimo que, por sua vez, morreu cedo e, continuando na mesma senda, só deixou filha única que haveria de fazer casamento em Castela, acontecimento que, por pouco, não levou o país consigo. Por via disto, uma crise e das grandes, entre 1383-1385, já que entre a peste e a sucessão, o país podia ser anexado por Castela. É caso para perguntar que mal fez Portugal a Deus, Inês de Castro?

Mas como não há mal que sempre dure, aparecem, entre outros, dois grandes heróis nacionais que vão contribuir decisivamente para a resolução desse período de impasse e tenebrosa pestífera mortandade. As figuras a que nos referimos, está bom de ver, são D. João I Mestre de Avis, próximo Rei de Portugal, e o Condestável do Reino, D. Nuno Álvares Pereira, ambos também, de alguma maneira, ligados à história de Alhos Vedros.

Como é sabido, Portugal salvou-se de Castela na Batalha de Aljubarrota,¹² ali para os lados de Alcobaça, onde o Condestável de Excalibur em punho, “a lendária espada mágica do rei Artur, que segundo Pessoa por ele próprio teria sido dada a D. Nuno, salientando a sua impregnação pelo imaginário do ciclo do Graal e pela identificação com Galaaz...”.¹³ Neste preceito, comandou um pequeno exército que por astúcia de tática militar infligiu uma pesada derrota aos castelhanos. Como é sabido, D. Nuno Álvares Pereira, pessoa de grande vocação espiritual e religiosa, foi beatificado em 1918 e canonizado em 2009 com o nome de São Nuno de Santa Maria.

Mas, ao que vem Alhos Vedros para aqui chamada?

Relembremos que foi, mais ou menos, neste período histórico que Alhos Vedros ganhou autonomia municipal, o que, decerto, se deveu a significativo desenvolvimento e consolidação da sua centralidade regional. Entre outros bens importantes tínhamos uma forte indústria naval, vinhos famosos, sal, lenha, biscoitos

¹² “(segundo Agostinho da Silva, é a vitória em Aljubarrota que permite a emancipação de Castela e da Europa e a aventura oceânica em prol da universalidade)”, in, BORGES, Paulo, *É a Hora! A mensagem da Mensagem de Fernando Pessoa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013, p.108. (citado de, Cf. Agostinho da Silva, Reflexão à margem da Literatura Portuguesa, in Ensaios sobre Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira I, pp.29-30)

¹³ BORGES, Paulo, *É a Hora! A mensagem da Mensagem de Fernando Pessoa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2013, p.107

para alimentação dos nautas, “pedreiras” na Arrábida, produtos hortícolas que seguiam para a capital do Reino, entre outros. Fica uma questão por responder: Como se terão feito sentir por aqui os efeitos da peste negra, num período de aparente crescimento da economia local?

Sabemos que D. João I está ligado à história da terra, porque aqui se terá refugiado em luto quando da morte da Rainha Filipa de Lencastre, acometida pela terrível peste, num Palácio onde terá vivido o tal filho bastardo, D. Afonso, Conde de Barcelos.¹⁴ Por outro lado, D. Afonso era casado com D. Beatriz Pereira de Alvim, condessa de Barcelos (e de Arraiolos), filha única de Nuno Álvares Pereira e de Leonor de Alvim, a herdeira da casa mais opulenta do reino. Curiosamente, ou não, D. Beatriz morreu no mesmo ano que Filipa de Lencastre. Portanto, embora no caso de Nuno Álvares não o possamos comprovar documentalmente, é quase certo que também ele terá andado por aqui com D. João I, cumprindo luto e arquitetando a partida para a conquista de Ceuta. Enfim, uma boa questão a ser desenvolvida pela história local.

E é assim que, prolongando a relação entre Alhos Vedros e Barcelos, ponho fim a esta crónica e vou ver o Benfica com o Gil Vicente que vai mesmo agora começar na TV.

5. D. João I e Alhos Vedros

D. João I, Grão-Mestre da Ordem (religiosa) de São Bento de Avis e, por isso, também designado por Mestre de Avis, era filho ilegítimo de D. Pedro I e da dama galega D. Teresa. Foi aclamado

¹⁴ Cf. PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal*, 2º volume, p.638, cit. por ALVES, P. Carlos Póvoa, *Informações Paroquiais de Alhos Vedros e Moita*, edição do autor, 1992, p. 38.

Rei de Portugal nas cortes de 1385 e esteve à frente dos destinos do país até 1433.

Ainda em Agosto desse primeiro ano, D. João I, coadjuvado pelo Condestável do Reino D. Nuno Álvares Pereira, o grande estratega militar, infligem uma pesada derrota a Castela na célebre batalha de Aljubarrota, embora os portugueses estivessem numa aflitiva inferioridade numérica face ao inimigo. Por razões já enunciadas atrás, os castelhanos reclamavam para si o trono de Portugal.

Muito importante nesta vitória foi a ajuda dada pelos nossos aliados ingleses, ao abrigo da Aliança Luso-Britânica que durava desde 1373, e que ainda hoje se encontra em vigor, constituindo, segundo se diz, a mais antiga aliança diplomática do mundo. Este precioso acordo com Inglaterra valeu-nos, pois, a independência do país face a Castela e deu-nos Filipa de Lencastre, a santa princesa inglesa que dois anos depois de Aljubarrota se tornou mulher de D. João I e futura mãe da famosa Ínclita Geração.

A “Ínclita Geração”, ou “Ilustre Geração”, adjectivação atribuída pelos historiadores aos filhos de D. João I e Filipa de Lencastre que sobreviveram até à idade adulta, é constituída por D. Duarte, futuro rei de Portugal, também escritor e poeta; D. Pedro, infante de reconhecido esclarecimento intelectual; o infante D. Henrique, o Navegador, figura de proa dos Descobrimentos Portugueses; D. Fernando, o infante Santo; D. João, condestável do reino; e a infanta Isabel, Duquesa de Borgonha.

Durante o reinado do Mestre de Avis, apesar da horrenda peste que ia dizimando parte significativa da população portuguesa, acabando por vitimar a própria Rainha, e da duradoura guerra

com Castela, a aposta que vinha a ser feita no país na indústria naval manteve-se inalterável.

Foi nesta altura que D. João I, em luto por sua mulher e em proteção contra a epidemia, se refugiou em Alhos Vedros, tendo ficado instalado, muito provavelmente, ali no Largo do Cais do Descarregador, ou do “Cais Velho”, como é mais conhecido pela população local, no lugar onde ainda existe hoje o Palacete dos Condes de Sampaio que, como sustentam alguns dos especialistas, já não tem a edificação original que outrora tinha. Nesse palacete, se comprovada a hipótese, habitavam D. Afonso, seu filho ilegítimo, e D. Beatriz, filha de D. Nuno Álvares Pereira. É verdade que não se pode afirmar com absoluta garantia que esse Palacete onde se instalou o Rei se localizava no “Cais Velho”, já que outras hipóteses têm sido avançadas, como a Quinta da Graça, ou a Quinta de São Pedro, mas, por nós, e de acordo com Francisco José Noronha dos Santos, estamos fortemente inclinados para que a sua localização fosse mesmo no Cais.¹⁵

Certo é que foi aqui em Alhos Vedros, corria o ano de 1415, que estiveram por duas vezes os infantes dessa “ilustre geração”, onde debateram com seu pai e lhes foi dada autorização para que se partisse à conquista de Ceuta, numa tentativa de empurrar mais os árabes para sul, continuando o movimento expansionista de reconquista territorial da Península Ibérica aos mouros que já vinha desde o início das “Cruzadas” cristãs. Acentue-se que a conquista de Ceuta costuma ser referida como a primeira etapa da expansão ultramarina portuguesa, constituindo por isso mesmo um acontecimento de extrema

¹⁵ Cf. SANTOS, Francisco José Noronha dos, “A Decisão” – D. João I em Alhos Vedros. Considerações Finais, Revista digital “Estudo Geral”, 7 de Dezembro de 2013 (<http://luis-eg.blogspot.pt/2013/12/a-decisao-d-joao-i-em-alhos-vedros.html>)

importância na história do país e, logo, de maior valor para a história local.

Como é sabido, este encontro entre os Rei e os infantes em Alhos Vedros está sobejamente descrito por diversos estudiosos, a partir das Crónicas de Gomes Eanes de Zurara sobre D. João I.¹⁶ Todo um conjunto de episódios que consultando a literatura disponível sobre o tema podemos compreender de forma mais pormenorizada. No final deste ensaio, ficará alguma descrição bibliográfica para os mais interessados.

Refira-se ainda que, durante o reinado de D. João I, depois da conquista de Ceuta, foram ainda descobertas as ilhas da Madeira e de Porto Santo que logo começaram a ser povoadas, e os arquipélagos dos Açores e das Canárias. Estavam lançadas as bases para irmos oceanos fora à descoberta do mundo, nesse movimento de extraordinária dimensão que constituíram os Descobrimentos Portugueses.

6. De Alhos Vedros até à Índia

Supostamente, podemos então imaginar D. João I no Palácio situado no Cais Velho da vila de Alhos Vedros, pertença de seu filho bastardo D. Afonso que o acompanhava, recebendo os infantes e conversando sobre a possibilidade de, para o bem e para o mal, se ir guerrear a Ceuta. Nas traseiras daquele que é hoje designado pelo Palacete dos Condes de Sampaio haveria um alpendre que protegia daquele intenso sol do mês de Julho e contíguo ao qual se estendia um belo jardim. Amante que o rei era dos cavalos, da caça, da música, da dança, das lutas corpo a

¹⁶ Veja-se, por exemplo, ALVES, Padre Carlos P., Subsídios para a História de Alhos Vedros, edição do autor, 1992, 1ª edição, pp.29-30.

corpo, do jogo da pela e do xadrez, apesar do luto, pode-se imaginar como se ia gastando o tempo ali naquele nobre lugar. Deixou-nos o Rei, de sua autoria, o “Livro de Montaria”.

Embora documentalmente não se possa sustentar que a estadia de D. João I tenha ocorrido com certeza absoluta neste lugar do Cais, em alternativa, aparece-nos o Palácio da Graça, situado perto daquele que hoje é chamado de Largo da Graça, mesmo ao lado da Quinta da Graça, e que em meados do século passado ainda estaria habitável, mas do qual, hoje, só existem ténues vestígios, o que o torna, desde logo, um sítio de grande valor arqueológico para a história local, pois que pode acrescentar algumas informações importantes aos conhecimentos que hoje temos sobre a região.

Este foi sem dúvida um período áureo da história de Alhos Vedros. Entre outros atributos, sabe-se que a dimensão do território era apreciável estendendo-se entre os limites da Aldeia Galega (Montijo), Palmela e Coina; o número de habitantes era muito significativo para a época, falando-se em “oitocentos e tantos moradores”,¹⁷ onde constavam alguns senhores da alta nobreza em suas casas apalaçadas; tinha direito de voto nos destinos do país quando se reuniam as “Cortes”; tinha duas Igrejas, várias ermidas e dois conventos; uma crescente atividade económica que se foi desenvolvendo desde os inícios da nação, onde, relembre-se, pontificava uma importante indústria naval, uma abundante produção agropecuária, muito sal, lenha e cerâmica, num período onde a navegabilidade do estuário do Tejo e a proximidade com Lisboa eram elementos cruciais de produção de riqueza.

¹⁷ ALVES, P. Carlos Póvoa, Subsídios para a História de Alhos Vedros, ed. do autor, 1992 (1ª edição), p.18.

E talvez tenha sido este também o seu período de maior apogeu, porque a epidemia da peste negra que grassou por todo o continente europeu, e que dizimou cerca de dois terços da sua população total, também atingiu o nosso país e a nossa vila. É sabido que trezentos anos depois Alhos Vedros contava só com aproximadamente um quarto da população que teve neste período. Com a peste, entre a gente mais ilustre, foi não só a Rainha Filipa de Lencastre, como também havia de ir uns bons anos depois o seu filho D. Duarte.

Eis algumas curiosidades interessantes à época sobre os descendentes de D. João I e que, de alguma forma, também se ligam à história de Alhos Vedros:

D. João I, morre em 1433, com 76 anos, um período razoavelmente longo de vida para a época.

D. Duarte I, sucede ao pai como rei de Portugal e continua a expansão do território, por terra e por mar. No seu tempo conquistam-se várias cidades importantes no norte de África (Marrocos), tal como é no seu tempo que se dobra o Cabo Bojador (1434), na costa ocidental africana, lugar mítico de então que se abria para um mundo marítimo desconhecido.

O Infante D. Henrique, nomeado Grão-Mestre da Ordem de Cristo em 1420, instala-se em Sagres onde cria uma Escola Náutica e passa a liderar o projeto da Expansão Ultramarina Portuguesa. A ele se atribui também uma cátedra de Astronomia na Universidade de Coimbra, fundada por D. Dinis. Para lá do Cabo Bojador chega-se ao Senegal, Cabo Verde, Guiné, ultrapassando os limites do deserto do Saara e abrindo portas para toda a África Meridional. “Em 1452 a chegada de ouro era em suficiente quantidade para que se cunhassem os

primeiros cruzados nesse metal.”¹⁸ Morre em 1460, deixando explorada a costa africana até à Serra Leoa.

D. Afonso, Conde de Barcelos, embora filho ilegítimo de D. João I, torna-se o tio mais próximo de Afonso V quando este sucede a seu pai D. Duarte como rei de Portugal, que o nomeia Duque de Bragança, na altura uma das casas mais ricas de Portugal e da Europa.

Por fim, D. João II, filho de Afonso V e bisneto de D. João I, continua o tremendo e arrojado projeto da exploração atlântica, dando prioridade à descoberta de um caminho marítimo para a Índia. Foi ele quem negociou com os reis católicos que criaram Espanha, o Tratado de Tordesilhas, em 1494, que dividia o mundo em dois hemisférios, separados justamente pelo meridiano de Tordesilhas, onde se acordou que as terras a ocidente desse meridiano seriam exploradas pelos espanhóis e a oriente pelos portugueses, as duas maiores potências náuticas da época. Morreu em 1495, sem deixar filhos legítimos.

7. Álvaro Velho, o cronista da Viagem de Vasco da Gama à Índia

D. Manuel I, o décimo quarto rei de Portugal, foi entronizado em 1495 e seguiu a política expansionista do seu antecessor. De tal forma que, dois anos depois, no dia 8 de Julho de 1497 Vasco da Gama estava de partida para a Índia, tal como, pouco tempo depois, no dia 9 de Março de 1500, Pedro Álvares Cabral partia para aquela que acabou por ser a Viagem da descoberta do caminho marítimo para o Brasil.

¹⁸ Wikipédia Livre, Infante D. Henrique, capturado em 22/2/2014 (http://pt.wikipedia.org/wiki/Infante_D._Henrique)

Entre todo esse imenso Projeto que foi a Expansão Ultramarina Portuguesa, a descoberta dos caminhos marítimos para a Índia e Brasil, constituíram-se como acontecimentos de enormíssima importância à escala planetária. O comércio, a economia, a geografia, os conhecimentos náuticos, o desenvolvimento social e cultural, ganharam um incremento tal que abriram novas possibilidades ao mundo.

A chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, por exemplo, foi uma das primeiras vezes em que se registaram contactos entre os povos europeus e as populações ameríndias, porque até ao tempo o Atlântico erguera-se como uma barreira intransponível. A magnífica Carta do cronista Pero Vaz de Caminha, onde se dá a notícia ao Rei D. Manuel do Achamento da Terra do Brasil, descrevendo esses primeiros contactos com as populações índias, os seus modos de vida, os seus hábitos culturais, constitui um testemunho ímpar da história da humanidade.

Da mesma forma o faz Álvaro Velho, o pressuposto cronista que vai com a frota de Vasco da Gama à Índia e que narra pormenorizadamente todos os acontecimentos que foram ocorrendo aos nautas pelo caminho, os fenómenos naturais, as terras, os povos, os costumes. Uma Viagem de ida e volta que demoraria dois anos, pois que a saída do Restelo, Lisboa, deu-se a 8 de Julho de 1497 e a chegada a 10 de Julho de 1499. O aportamento na Índia, em Calecute, aconteceu no dia 8 de Maio de 1498, o que significa dizer que foram precisos mais de dez meses de viagem por mar, tamanho era o tempo necessário para o precioso intercâmbio comercial com o oriente. Se compararmos este facto com a facilidade de mobilidade que temos atualmente, não podemos deixar de pensar nas múltiplas formas como as coisas mudaram nestes últimos 500 anos.

Posto isto, contextualizado que está o assunto, iremos reter agora a nossa atenção entre esse marco fundamental da história de Portugal, a Viagem de Vasco da Gama à Índia, e as suas importantes relações com a história local.

Dizer desde logo que, Álvaro Velho o autor do diário de bordo “Roteiro da Índia”, pois que assim se chama o texto que nos é legado, era natural do Barreiro, na altura um lugar que pertencia ao Concelho de Alhos Vedros. Como é sabido, o Barreiro é um dos filhos de primeira geração do Concelho de Alhos Vedros, do qual viria a autonomizar-se em 1521 através de “Carta de Vila” atribuída pelo rei D. Manuel I. Muito se poderá dizer sobre as longas e profícuas relações entre estes dois lugares no curso da história do país, dada a sua intemporal relação de vizinhança, mas a isso voltaremos mais tarde.

Sobre Álvaro Velho, ao que sabemos, não existem muitas informações sobre a sua vida. Sabe-se que viveu entre os séculos XV e XVI, um marinheiro, cronista, que foi com Vasco da Gama à Índia e que na viagem de regresso “deve ter desembarcado na Guiné, onde terá ficado por qualquer razão imprevista. Na verdade o *Roteiro* termina bruscamente no dia em que atingem os Baixos do Rio Grande, e posteriormente há notícias dum Álvaro Velho na costa da Serra Leoa, onde parece ter estado durante oito anos. Escreveu, além deste *Roteiro*, uma *Descrição da costa ao sul do rio da Gâmbia*, uma *Relação dos Reinos ao sul de Calecut* e um *Vocabulário malaio*. O *Roteiro* foi publicado pela primeira vez em 1838, tendo sido seguidamente traduzido para francês, inglês e alemão.”¹⁹

¹⁹ FONSECA, Branquinho, *As Grandes Viagens Portuguesas*, Manuscrito Editores, Sintra, 1984, p.18

Para terminar, e por curiosidade, diremos que no Campeonato Europeu de Futebol que se realizou em Portugal em 2004, a bola do jogo foi batizada com o nome de “Roteiro”, justamente em homenagem à crónica escrita por Álvaro Velho mais de 500 anos antes.

Deixamos aqui, pela sua importância, algumas das descrições de Álvaro Velho nesse seu *Roteiro*²⁰ sobre alguns dos episódios cruciais da Viagem de Vasco da Gama:

- 8 de Julho (1947), partida do Restelo, “nosso caminho, que Deus Nosso Senhor deixe acabar em seu serviço. Amém.” (p.19)

- 15 de Julho, ao largo das Ilhas Canárias “onde fizemos pescaria obra de duas horas, e logo esta noite, em anoitecendo, éramos através do Rio do Oiro (atual Saara Ocidental).” (p.19)

- 4 de Novembro, baía de Santa Helena (porto natural na costa atlântica da África do Sul). “Nesta terra há homens baços, que não comem senão lobos-marinhos e baleias, e carne de gazelas, e raízes de ervas; e andam cobertos com peles e trazem umas bainhas em suas naturas.” (p.21)

-9 de Dezembro, Cabo da Boa Esperança (“o mítico Adamastor”, passagem do oceano Atlântico para o Índico).”...a derradeira terra que Bartolomeu Dias descobriu ” (p.28)

- 11 de Janeiro (1948), “...houvemos visto um rio pequeno e aqui pousámos ao longo da costa (...) Esta terra, segundo nos pareceu, é muito povoada e há nela muitos senhores; e as mulheres nos parecem que eram mais que os homens, porque onde vinham 20 homens, vinham 40 mulheres. E as casa desta terra são de palha;

²⁰ VELHO, Álvaro, Roteiro da Viagem Que Em Descobrimto da Índia Pelo Cabo da Boa Esperança Fez Dom Vasco da Gama, in, FONSECA, Branquinho, idem.

e as armas desta gente são arcos muito grandes, e flechas e azagaias de ferro. E há nesta terra, segundo nos pareceu, muito cobre, o qual trazem nas pernas e pelos braços e pelos cabelos retorcidos (...) há nesta terra estanho, que eles trazem numas guarnições de punhais; e as bainhas são de marfim (...) Esta gente é negra, e são homens de bons corpos; andam nus, somente trazem uns panos de algodão pequenos com que cobrem suas vergonhas...” (pp. 29-31)

- 2 de Março, “Mais nos disseram que Preste João estava dali perto; e que tinha muitas cidades ao longo do mar, e que os moradores delas eram grandes mercadores e tinham grandes naus. Mas o Preste João estava muito dentro pelo sertão, e que não podiam lá ir senão em camelos; os quais mouros traziam aqui dois cristãos índios cativos (...) Em este lugar e ilha, a que chamam Moçambique (...) E depois que souberam que nós éramos cristãos, ordenaram de nos tomarem e matarem à traição...” (pp.34 e 36)

- 8 de Abril, “Ao Domingo de Ramos mandou o rei de Mombaça (Quénia) ao capitão-mor um carneiro, e muitas laranjas e cidrões, e canas-de-açúcar, e mandou-lhe um anel por seguro (...) E o capitão-mor lhe mandou um ramal de corais, e mandou-lhe dizer ao outro dia iria para dentro. E, em este dia mesmo, ficaram no navio do capitão quatro mouros dos mais honrados (...) E, depois de tudo isto, o rei mandou amostras de cravo, e pimenta, e gengibre, e de trigo tremês ao capitão, e que isto poderíamos carregar.” (pp. 42 e 43)

- 18 de Maio, Calecute (Índia), “Esta cidade de Calecut é de cristãos, os quais são homens baços. E andam deles com barbas grandes e os cabelos da cabeça compridos, e outros trazem as

cabeças rapadas e outros tosquiadas; e trazem em a moleira uns topetes, por sinal que são cristãos; e nas barbas bigodes. E trazem as orelhas furadas, e nos buracos delas muito oiro. E andam nus da cinta para cima, e para baixo trazem uns panos de algodão muito delgados; e estes que assim andam vestidos são os mais honrados, que os outros trajam-se como podem. As mulheres desta terra, em geral, são feias e de pequenos corpos. E trazem ao pescoço muitas jóias de oiro, e pelos braços muitas manilhas, e nos dedos dos pés trazem anéis com pedras ricas.” (p.51)

- 5 de Outubro, (Viagem de regresso a Portugal) “Andámos tanto tempo em esta travessia, que três meses menos três dias gastámos nela; isto com muitas calmarias e ventos contrários, que em ela achámos, de maneira que nos adoeceu toda a gente das gengivas, que lhes cresciam sobre os dentes em tal maneira que não podiam comer; e isso mesmo lhes inchava as pernas, e grandes outros inchaços pelo corpo, de guisa que lavravam um homem tanto que morria sem ter outra nenhuma doença. Da qual nos morreram em o dito tempo 30 homens, afora outros tantos que já eram mortos; e os que navegavam, em cada nau, seriam 7 ou 8 homens, e estes não eram ainda sãos como haviam de ser. Do que vos afirmo que se nos mais durara aquele tempo quinze dias, andarmos por esse mar través, que não houvera quem navegara os navios...” (p.81)

- 25 de Abril (1499), “...E os pilotos diziam que éramos nos baixos do Rio Grande (Guiné)” (p.85), frase com que subitamente termina o *Roteiro*, ficando por descrever por razões já apontadas o resto da Viagem entre a Guiné e Portugal, embora o mais importante já estivesse dito.

8. A “Ilha dos Amores”: entre Alhos Vedros e o Barreiro

(...)

Nesta vila há uma ilha

Que a voz mansa dessas águas

Chama de eterna maravilha,

Num momento mais insensato

Chamaram-lhe “Ilha do rato”,

Mas eu nos meus sonhos às cores

Chamo-lhe de “Ilha dos Amores”

(...)

(in, Luís Carlos dos Santos, Poemas, A Ilha, Edições Bubok, 2010)

Podemos dizer, então, que o nosso cronista Álvaro Velho, um barreirense de Alhos Vedros, à semelhança dos outros nautas que foram na Viagem do Gama, e seguindo o Canto IX dos *Lusíadas*, de Luís de Camões (1524-1580), também terá entrado na tal “Ilha dos Amores”.

Como diz Agostinho da Silva, “Aqueles marinheiros portugueses, aquela esquadra de Gama que volta, (...) é uma Deusa de fora, é a força interna do mundo, é a máquina interna da História que leva a Ilha dos Amores para diante dos navios portugueses. (...) Camões dá este conselho pedagógico aos portugueses: «os meus amigos, se querem alcançar o Céu na Terra, tratem do seu navio, mantendo-o em ordem, com disciplina a bordo, porque um dia a Ilha dos Amores aparece» (...) É como se eles tivessem entrado em alguma coisa na qual tivessem plena licença de serem homens inteiramente livres. São as Ninfas, é a comida, é a paisagem, são os passeios, o encanto das conversas, tudo isso há. Portanto, para Camões, um projecto de futuro inclui uma inteira liberdade do homem e um inteiro gosto do homem pela

apreciação dos fenómenos.”²¹ E mais à frente continua Agostinho, “na Ilha dos Amores acontece uma coisa muito curiosa, das tais Deusas, vem a possibilidade deles descobrirem o futuro. Os marinheiros portugueses ouvem, da Deusa, aquilo que será o futuro da História de Portugal. Ao mesmo tempo que estão presos a fenómenos libertam-se da tal cadeia do Tempo.”²²

Mas, deixando os Lusíadas e a Ilha dos Amores, há um outro livro de Luís de Camões onde se faz referência a Alhos Vedros e ao Barreiro. Trata-se de um Auto, ou Farsa, intitulado “El-Rei Seleuco”, de data desconhecida e que só vem a público em 1654, onde Luís de Camões satiriza relações conjugais da vida da corte.

Numa breve sinopse da peça, a jovem esposa do rei Seleuco é também desejada pelo filho deste, Antíoco, de forma que para evitar uma crise dinástica, o rei num ato heroico cede a sua mulher ao filho.

Logo no início do Prólogo do Auto, diz o Mordomo (que Luís de Camões deixa a possibilidade de na dramaturgia ser substituído pelo dono da casa), uma das personagens da comédia: “Eis, Senhores, o Autor, por me honrar nesta festival noite, me quis representar uma farsa; e diz que, por não se encontrar com outras já feitas, buscou uns novos fundamentos para a quem tiver um juízo assim arreoado satisfazer. E diz que quem se dela não contentar, querendo outros novos acontecimentos, que se vá aos soalheiros dos Escudeiros da Castanheira, ou de Alhos Vedros e Barreiro, ou converse na Rua Nova do Boticário; e não lhe faltará que conte.” E, no mesmo parágrafo, um pouco mais à frente: “Ora quanto à obra, se não parecer bem a todos, o Autor diz que entende dela menos que todos os que lha puderem

²¹ MENDANHA, Vítor, *Conversas com Agostinho da Silva*, Pergaminho, Lisboa, 1994, pp. 74-76

²² Cf., idem, *ibid.*, p.78

emendar. Todavia, isto é para praguentos, aos quais diz que responde com um dito de um Filósofo, que diz: - *Vós outros estudastes para praguejar, e eu pera desprezar praguentos. E contudo quero saber da farsa: em que ponto vai Lançarote?*.”²³

Portanto, a pergunta que se impõe, em termos da importância que este Auto terá para a história local, é a seguinte: Porque será que, quem não se satisfizer com o que fica registado nesta farsa, diz Luís de Camões, poderá saber mais destas satíricas relações entre a alta nobreza, nos “soalheiros dos Escudeiros da Castanheira, ou de Alhos Vedros e Barreiro, ou converse na Rua Nova em casa do Boticário”? O que será que existia de comum entre estas tramas amorosas de representantes da alta nobreza e Alhos Vedros e Barreiro? O autor parece relacionar os criticáveis episódios dessa alta nobreza com Alhos Vedros, ou melhor, com os seus “soalheiros”, lugares expostos ao sol onde se dá à língua sobre comportamentos menos próprios. Naturalmente, que a partir daqui pouco mais poderíamos fazer do que simples suposições, mas até pode ser que alguém mais documentado na investigação sobre a história da nossa região, possa acrescentar algo de mais concreto que a nós nos escapa.

A propósito da segunda parte da citação que extraímos da obra, como descrevemos no segundo parágrafo acima, parece-nos evidente que o autor se está a defender de eventuais críticas que lhe possam trazer desagradáveis surpresas pela arrojada Farsa, críticas que, todavia, são para si desprezíveis. Mas é evidente que esta é uma parte da história que para nós, aqui, já menos nos interessa.

²³ LIMA, Augusto C. Pires de Lima, *El-Rei Seleuco, Luís de Camões*, Editorial Domingos Barreira, Porto, s/d, 3ª edição, pp.45-46.

II - “Valorizando a Nossa História” – Texto de Conferência nas Comemorações dos 500 anos de Foral em Alhos Vedros

“Sou especialista da curiosidade não especializada”

(Agostinho da Silva, Pensamento à Solta, in Textos e Ensaios Filosóficos II, p. 160)

Tem sido verdadeiramente impressionante a forma como a comunidade tem conjugado esforços para as Comemorações dos 500 Anos de Foral em Alhos Vedros. Têm sido múltiplos e de reconhecido valor o conjunto de eventos que ao longo de todo o ano têm vindo a ser organizados pelas várias instituições que constituem a Comissão Organizativa destas Comemorações. Por isso, parabéns a todos.

Entretanto, nós, o grupo que se juntou a convite do CACAV para pensar estas Comemorações, vamos iniciar a 7ª e última Conferência, completando o conjunto de comunicações que nos propusemos organizar, entre outras realizações que agora não vêm aqui ao caso.

O que se pretende com esta conferência “Valorizando a Nossa História” é destacar alguns nobres episódios da história de Alhos Vedros e da região em que se integra, de forma a melhor podermos compreender a sua riqueza, o seu valor, porque não nos parece que até agora lhe tenha sido dado o destaque que ela merece. Aqui abordaremos o período áureo da história de Alhos Vedros, um dos lugares de maior centralidade da região na época, entre o início da formação de Portugal até meados do século XVI.

Assim, o nosso principal objetivo nesta conferência consistirá em relevar algumas curiosidades de significativa importância histórica que nos ajudem a uma ação prática mais efetiva no futuro. Neste sentido, iremos desenvolver um conjunto de questões que nos permitam justificar esta nossa pretensão.

1ª Questão:

Quando nasceu Alhos Vedros? Qual é a verdadeira idade de Alhos Vedros?

De acordo com os textos disponíveis, podemos dizer que os documentos escritos mais antigos que se conhecem sobre Alhos Vedros são da segunda metade do século XIII, numa altura relativamente próxima da definitiva conquista de Palmela por D. Sancho I (1205), filho de D. Afonso Henriques, o primeiro Rei de Portugal.

Isto permite-nos pensar que a história do lugar de Alhos Vedros se pode começar a traçar, pelo menos, a partir de uma altura muito próxima da formação de Portugal, e que se vai desenvolvendo com ele. Até agora, não existem documentos ou vestígios arqueológicos seguros que nos permitam afirmar que Alhos Vedros já existisse durante o período árabe.

Sabemos, no entanto, por pesquisas arqueológicas feitas na nossa região que existem vestígios da ocupação humana que vão, pelo menos, até ao Paleolítico, ou seja, há 30 mil anos atrás. Como diz António Gonzalez, “Na campanha de prospeções sistemáticas do Concelho da Moita e na zona da Baixa da Banheira na península denominada Ponta da Passadeira encontrámos os vestígios de uma raríssima e bem conservada

olaria do neolítico antigo evolucionado (3.000 AC) sob a qual um acampamento do paleolítico médio (cerca de 30.000 anos AC) torna o local ainda mais digno de interesse.”²⁴

Um outro testemunho que prova o antigo povoamento da região é o sítio arqueológico do Gaio, onde uma intervenção conduzida sob a égide do “Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal”, nos dá conta de vários achados arqueológicos de grande importância para a região. Citando, “Uma das contribuições mais relevantes do estudo de ocupação neolítica do Gaio reside no facto de se ter exumado uma indústria em pedra lascada bem contextualizada e datável do Neolítico antigo evolucionado.”²⁵

Portanto, sobre a pergunta que colocámos sobre a verdadeira idade de Alhos Vedros podemos dizer que embora esta região seja povoada há muitos milhares de anos, só se pode falar com propriedade sobre a existência de Alhos Vedros como um lugar cristão, ou seja, desde meados do século XIII, numa altura posterior à conquista de lugares circundantes aos mouros.

Para sabermos mais sobre as origens de Alhos Vedros, estamos convencidos que só futuras pesquisas arqueológicas nos poderão fornecer mais informações, e até por isso se pode concluir da importância que a arqueologia pode ter na construção da nossa história local.

24 SILVA, Vítor Manuel, *Contributos para a História Local do Concelho da Moita*, edição do autor, 2006, p.89, citado de MIRANDA, António Augusto Lobo de, *Comércio de Portugal, Interesses Locais*, 24 e 26 de Agosto de 1887, XIII e XIV.

25 Cf., ALVES, P. Carlos Póvoa, *Informações Paroquiais de Alhos Vedros e Moita*, Edição Igreja Paroquial de Alhos Vedros, 2007 (3ª edição), p.129.

2ª Questão:

Quando foi construído o núcleo original da Igreja Matriz de Alhos Vedros?

Embora não se conheça a data certa da sua edificação, pensa-se que a Igreja Matriz de Alhos Vedros tenha sido construída no século XIII, contando, por isso, perto de 800 anos.

Há quem palpite que a construção do seu núcleo inicial tenha acontecido no século XII, em 1146 ou 1147²⁶, e que tenha sido construído em cima de uma mesquita árabe que já existiria no povoado, então ocupado pelos mouros, mas a verdade é que não se pode afirmar com rigor que quer a Igreja, quer Alhos Vedros, pelo menos com este nome, tivessem origem pré-cristã.

É sabido que D. Sancho I concede em 1185 o território da zona ribeirinha do Tejo à Ordem de Santiago, sediada em Palmela, mas nada nos diz que à época já existisse uma Igreja em Alhos Vedros. O documento escrito mais antigo que refere a existência da Igreja Matriz é de 1298 não se podendo afirmar com rigor a data da sua construção. Mais uma vez, poderão vir a ter os nossos arqueólogos uma palavra a dizer sobre o assunto que nos permita afirmar com mais firmeza a data da sua construção.

26 SILVA, Vítor Manuel, *Contributos para a História Local do Concelho da Moita*, edição do autor, 2006, p.89, citado de MIRANDA, António Augusto Lobo de, *Comércio de Portugal, Interesses Locais*, 24 e 26 de Agosto de 1887, XIII e XIV.

3ª Questão:

Do velho concelho do Ribatejo ao Concelho de Alhos Vedros

Sabemos que desde o século XIII Alhos Vedros constituía um dos lugares de referência da margem sul do Tejo, naquele que era, então, designado por Concelho do Ribatejo. Deverá ser essa a razão porque a Moita ainda hoje se designa popularmente por Moita do Ribatejo.

Nesses tempos do antigo Concelho do Ribatejo, Alhos Vedros constituía conjuntamente com Santa Maria de Sabonha, hoje freguesia de S. Francisco pertença do Concelho de Alcochete, os dois principais centros territoriais do tempo.

Mas, como diz José Manuel Vargas, “Em meados do séc. XIV, Alhos Vedros caminhava no sentido da sua autonomia municipal, separando-se do concelho de Ribatejo, do qual era, junto com Sabonha, uma das suas sedes concelhias. Desde 1348, pelo menos, que se conhecem referências a um paço do concelho em Alhos Vedros...”²⁷

Importante será dizer que nesta altura os direitos senhoriais de Alhos Vedros, desde que há memória, eram pertença da Ordem de Santiago, mas que, citando Vargas, “Por uma carta régia, datada de 1395 (28 de Agosto), sabemos agora que todos os direitos, rendas e senhorios de Alhos Vedros e do seu termo foram comprados por Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da Puridade de D. João I.”²⁸

27 VARGAS, José Manuel, *Aspectos da História de Alhos Vedros (séculos XIV a XVI)*, Edição da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, 2007, p.11.

28 *idem, ibidem*, p.14

Ora, “escrivão da Puridade” era um cargo à época de altíssima importância na hierarquia da administração régia, um “quase” primeiro-ministro dos tempos atuais.²⁹

Uma outra figura que nos surge ligada a Gonçalo Lourenço de Gomide, e a quem há-de caber parte dos bens patrimoniais que detinha em Alhos Vedros, é o seu neto Afonso de Albuquerque que foi governador e vice-rei da Índia, ou seja, a segunda figura do reino de Portugal por terras do Oriente. Continuando com Vargas, “Afonso de Albuquerque faleceu nesse ano de 1515 e foi sepultado na capela do Convento da Graça, mas anos mais tarde o seu filho Brás levou as ossadas do pai para a Quinta da Bacalhoa, em Azeitão. Os Albuquerque continuaram na posse de significativos bens em Alhos Vedros (...).”³⁰

Podemos concluir, então, que por finais do século XIV, se não desde tempos mais recuados, Alhos Vedros era muito pretendida por gente da corte. Existem até fortes possibilidade de que também um dos filhos de D. João I tivesse palácio nesta banda do rio. Referimo-nos a D. Afonso, Conde de Barcelos, filho bastardo do Rei.

Assim, a Gonçalo Lourenço de Gomide (o tal “primeiro ministro”) e ao seu neto Afonso de Albuquerque, podemos juntar, D. Afonso, filho bastardo do rei, e o próprio rei, D. João I, que também por aqui andaram, de forma que podemos estabelecer relações seguras entre Alhos Vedros e algumas das principais figuras do reino à época.

29 Cf., PRÔA, Miguel Pires, *Escrivães da Puridade*, *Blogue Gaveta com Saber*, 11/10/2009 ([url: http://gavetaconsaber.blogspot.pt/2009/10/escrivaes-da-puridade-secs-xiii-xviii.html](http://gavetaconsaber.blogspot.pt/2009/10/escrivaes-da-puridade-secs-xiii-xviii.html))

³⁰ VARGAS, *ibidem*, p.19

4ª Questão:

Alhos Vedros, o rei D. João I e a “Íclita Geração”

Sabemos que D. João I está ligado à história da terra, porque aqui se terá refugiado em luto quando da morte da Rainha Filipa de Lencastre, acometida pela terrível peste, num Palácio onde viveu o tal filho bastardo, D. Afonso, Conde de Barcelos.³¹ Por outro lado, D. Afonso era casado com D. Beatriz Pereira de Alvim, condessa de Barcelos (e de Arraiolos), filha única de Nuno Álvares Pereira e de Leonor de Alvim, a herdeira da casa mais opulenta do reino. Curiosamente, ou não, D. Beatriz morreu no mesmo ano que Filipa de Lencastre. Portanto, embora no caso de Nuno Álvares não o possamos comprovar documentalmente, é provável que também ele tenha andado por aqui com D. João I, eventualmente, arquitetando a partida para a conquista de Ceuta. Porventura, uma boa questão para ser explorada pelos nossos historiadores.

Estávamos em 1415 quando D. João I, em luto por sua mulher e em proteção contra a temível epidemia que se instalara no reino, se refugiou em Alhos Vedros, tendo ficado muito provavelmente, aqui no “Cais Velho”, no lugar onde ainda existe hoje o Palacete dos Condes de Sampaio que, porém, já não terá a edificação original que outrora tinha. Julga-se que esse palacete fosse propriedade de D. Afonso, seu filho ilegítimo, e de D. Beatriz, filha de D. Nuno Álvares Pereira. É verdade que não se pode afirmar com absoluta garantia que esse Palacete onde se instalou o Rei se localizava aqui no “Cais”, já que outras hipóteses têm sido avançadas, como a Quinta da Graça, mas, por nós, e de acordo com Francisco José Noronha dos Santos,

³¹ Cf. PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal*, 2º volume, p.638, cit. por ALVES, P. Carlos Póvoa, *Informações Paroquiais de Alhos Vedros e Moita*, edição do autor, 1992, p. 38.

estamos fortemente inclinados para que a sua localização fosse mesmo no Cais.³²

Certo é que nessa altura aqui vieram os infantes dessa “ilustre geração”, onde debateram com seu pai e foi dada autorização para que se partisse à conquista de Ceuta, numa tentativa de empurrar mais para sul os árabes, continuando o movimento expansionista de reconquista territorial da Península Ibérica aos mouros que já vinha desde o início das “Cruzadas” cristãs. Acentue-se que a conquista de Ceuta costuma ser referida como a primeira etapa da expansão ultramarina portuguesa, constituindo por isso mesmo um acontecimento de extrema importância na história do país e, logo, de grande valor para a história local.

A “Ínclita Geração”, ou “Ilustre Geração”, adjetivação atribuída pelos historiadores aos filhos de D. João I e Filipa de Lencastre que sobreviveram até à idade adulta, é constituída por D. Duarte, futuro rei de Portugal, também escritor e poeta; D. Pedro, infante de reconhecido esclarecimento intelectual; o infante D. Henrique, o Navegador, figura de proa dos Descobrimentos Portugueses; D. Fernando, o infante Santo; D. João, condestável do reino; e a infanta Isabel, Duquesa de Borgonha.

Este foi sem dúvida um período áureo da história de Alhos Vedros. Entre outros atributos, sabe-se que a dimensão do território era apreciável estendendo-se entre os limites da Aldeia Galega (Montijo), Palmela e Coina; o número de habitantes era muito significativo para a época, falando-se em “oitocentos e tantos moradores”³³ e, entre eles, alguns senhores da alta

³² Cf. SANTOS, Francisco José Noronha dos, “A Decisão” – D. João I em Alhos Vedros. *Considerações Finais*, Revista digital “Estudo Geral”, 7 de Dezembro de 2013 (<http://luis-eg.blogspot.pt/2013/12/a-decisao-d-joao-i-em-alhos-vedros.html>)

³³ ALVES, P. Carlos Póvoa, *Subsídios para a História de Alhos Vedros*, ed. do autor, 1992 (1ª edição), p.18.

nobreza; tinha direito de voto nos destinos do país quando se reuniam as “Cortes”; tinha duas Igrejas, várias ermidas e dois conventos; uma crescente atividade económica que se foi desenvolvendo desde os inícios da nação, onde pontifica um importante estaleiro naval que prolongava a atividade da Ribeira das Naus em Lisboa; uma importante indústria de cerâmica e de moagem, mais abundante produção agropecuária, muito sal, lenha e pedra da Arrábida, num período onde a navegabilidade do estuário do Tejo e a proximidade com Lisboa eram elementos cruciais de desenvolvimento e riqueza.

E talvez tenha sido este também o seu período de maior apogeu até ao tempo em que recebe Carta de Foral pelo rei D. Manuel I, porque a epidemia da peste negra que grassou por todo o continente europeu também atingiu o nosso país e a nossa vila, tendo dizimado uma parte muito significativa da sua população. É sabido que trezentos anos depois Alhos Vedros contava só com aproximadamente um terço da população que teve neste período.

5ª Questão:

Alhos Vedros e a Expansão Ultramarina Portuguesa, um filão a explorar

D. Manuel I é, pois, um dos responsáveis por estarmos aqui hoje, porque comemoramos justamente os 500 anos em que essa tal Carta de Foral foi atribuída a Alhos Vedros. Não nos iremos deter em pormenores sobre a dita Carta de Foral, até porque já houve quem o fez nestas comemorações, e muito bem. Referimo-nos ao Dr. José Manuel Vargas e à Dra. Maria Clara Santos, aos quais

aproveito para parabenizar pelo excelente trabalho que têm vindo a desenvolver sobre a história da região.

Mas além da atribuição da Carta de Foral é sabido que o próprio Rei esteve em Alhos Vedros. Sabemo-lo através de uma carta dirigida ao Rei por Gil Vicente, o pai do Teatro em Portugal, famosíssimo pelas suas inúmeras farsas literárias. Como nos diz Francisco José Noronha dos Santos, “Achando-se Gil Vicente em Santarém, aquando do terramoto de 26 de Janeiro de 1531, que abalou Lisboa e Vale do Tejo, «censurou num discurso os *sermões terríficos*, nos quais os *frades* de Santarém explicavam ao povo a *catástrofe* como resultado da *ira divina*. Então, referiu o facto ao rei, numa carta na qual se pronunciava também contra a perseguição movida aos Judeus (...) Essa missiva de Gil Vicente recebeu-a o monarca em Palmela, depois de ter passado por Alhos Vedros e aí ter pernoitado, antes de ter seguido para Coima.” E continuando com Noronha dos Santos, “Como era uso na época, a Corte transitava pelo País, *assentando arraiais* em diversas *povoações*: vilas e cidades, de Norte a Sul do Reino. Gil Vicente tomava, invariavelmente, parte nessas viagens. «São conhecidas as localidades seguintes frequentadas pela Corte e quase sempre por Gil Vicente (...), durante o reinado de D. Manuel I de Portugal e do seu sucessor, o rei D. João III: Lisboa, Almeirim, Abrantes, Chamusca, Sintra, Torres Vedras, Évora, Alhos Vedros, Castro Verde, Lavradio, Benavente, Alcochete, Aldeia Galega, Tomar, Barreiro, Palmela...»”³⁴ Assim, parece que podemos dizer sem medo de errar que Alhos Vedros era ao tempo lugar de residência da Corte, e que também Gil Vicente teria por cá passado.

³⁴ Cf. SANTOS, Francisco José Noronha dos, *Gil Vicente e Alhos Vedros*, <http://luis-eg.blogspot.pt/2014/06/gil-vice-e-alhos-vedros.html>

Um outro episódio fulcral da história de Portugal no tempo do reinado de D. Manuel I, igualmente muito curioso, e a partir do qual podemos estabelecer relação com a nossa história, é a Viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia, por Vasco da Gama, esse feito maior da história nacional.

Hoje conhecemos os pormenores dessa célebre viagem pela famosa crónica que a descreve, pressupostamente elaborada por Álvaro Velho, o presumido autor do diário de bordo “Roteiro da Índia”, pois que assim se chama o texto que nos é legado. O cronista era natural do Barreiro, na altura um lugar que pertencia ao Concelho de Alhos Vedros. Como é sabido, o Barreiro é um dos filhos de primeira geração do Concelho de Alhos Vedros, pois que deste se viria a autonomizar em 1521 através de Carta de Foral atribuída igualmente por D. Manuel I.

E por falarmos na descoberta do caminho marítimo para a Índia, é possível identificar em Alhos Vedros um conjunto de outros sinais muito significativos relacionados com a Expansão Ultramarina Portuguesa. Referimo-nos, por exemplo, ao estaleiro de construção naval que existia na *Telha Velha*, onde se repararam e construíram muitas caravelas que foram às descobertas e que constituía, como se disse, um estaleiro de retaguarda da Ribeira das Naus; ou aos fornos de cerâmica e de biscoitos que existiam, respetivamente, na Mata da Machada e no Vale de Zebro, onde se produzia o indispensável alimento cerealífero que acompanhava os nautas nas suas viagens pelo mundo fora.

Estamos em crer que as relações que se podem estabelecer entre Alhos Vedros e a Expansão Ultramarina Portuguesa, ainda muito ocultas ao nível dos pormenores, constituem um autêntico

filão de crucial importância para a valorização da história local, até pelas potencialidades de riqueza económica e turística que contêm em si.

6ª Questão:

A “Ilha dos Amores”: entre Alhos Vedros e o Barreiro

Podemos dizer, então, que o nosso cronista Álvaro Velho, um barreirense de Alhos Vedros, à semelhança dos outros nautas que foram na Viagem do Gama, e seguindo o Canto IX dos *Lusíadas*, de Luís de Camões (1524-1580), também terá entrado na tal “Ilha dos Amores”.

Como diz Agostinho da Silva, “Aqueles marinheiros portugueses, aquela esquadra de Gama que volta, (...) é uma Deusa de fora, é a força interna do mundo, é a máquina interna da História que leva a Ilha dos Amores para diante dos navios portugueses. (...) Camões dá este conselho pedagógico aos portugueses: «os meus amigos, se querem alcançar o Céu na Terra, tratem do seu navio, mantendo-o em ordem, com disciplina a bordo, porque um dia a Ilha dos Amores aparece» (...) É como se eles tivessem entrado em alguma coisa na qual tivessem plena licença de serem homens inteiramente livres. São as Ninfas, é a comida, é a paisagem, são os passeios, o encanto das conversas, tudo isso há. Portanto, para Camões, um projecto de futuro inclui uma inteira liberdade do homem e um inteiro gosto do homem pela apreciação dos fenómenos.”³⁵ E mais à frente continua Agostinho, “na Ilha dos Amores acontece uma coisa muito curiosa, das tais Deusas, vem a possibilidade deles descobrirem o

³⁵ MENDANHA, Vítor, *Conversas com Agostinho da Silva*, Pergaminho, Lisboa, 1994, pp. 74-76

futuro. Os marinheiros portugueses ouvem, da Deusa, aquilo que será o futuro da História de Portugal. Ao mesmo tempo que estão presos a fenómenos libertam-se da tal cadeia do Tempo.”³⁶

Mas, deixando os Lusíadas e a Ilha dos Amores, há um livro de Luís de Camões onde se faz referência a Alhos Vedros e ao Barreiro. Trata-se de um Auto, ou Farsa, intitulado “El-Rei Seleuco”, de data desconhecida e que só vem a público em 1654, onde Luís de Camões satiriza relações conjugais da vida da corte.

Numa breve sinopse da peça, a jovem esposa do rei Seleuco é também desejada pelo filho deste, Antíoco, de forma que para evitar uma crise dinástica, o rei num ato heroico cede a sua mulher ao filho.

Logo no início do Prólogo do Auto, diz o Mordomo (que Luís de Camões deixa a possibilidade de na dramaturgia ser substituído pelo dono da casa), uma das personagens da comédia: “Eis, Senhores, o Autor, por me honrar nesta festival noite, me quis representar uma farsa; e diz que, por não se encontrar com outras já feitas, buscou uns novos fundamentos para a quem tiver um juízo assim arrezoadado satisfazer. E diz que quem se dela não contentar, querendo outros novos acontecimentos, que se vá aos soalheiros dos Escudeiros da Castanheira, ou de Alhos Vedros e Barreiro, ou converse na Rua Nova do Boticário; e não lhe faltará que conte.”³⁷

Portanto, a pergunta que se impõe, em termos da importância que este Auto terá para a história local, é a seguinte: Porque será que, quem não se satisfizer com o que fica registado nesta farsa, diz Luís de Camões, poderá saber mais destas satíricas relações

³⁶ Cf., idem, ibidem, p.78

³⁷ LIMA, Augusto C. Pires de Lima, *El-Rei Seleuco, Luís de Camões*, Editorial Domingos Barreira, Porto, s/d, 3ª edição, pp.45-46.

entre a alta nobreza, nos “soalheiros dos Escudeiros da Castanheira, ou de Alhos Vedros e Barreiro, ou converse na Rua Nova em casa do Boticário”? O que será que existia de comum entre estas tramas amorosas de representantes da alta nobreza e Alhos Vedros e Barreiro? O autor parece relacionar os criticáveis episódios dessa alta nobreza com Alhos Vedros...

A resposta, porém, escapa-nos e, a partir daqui, pouco mais poderíamos fazer do que simples suposições, mas até pode ser que alguém mais documentado na investigação da história da nossa região, possa acrescentar algo de mais concreto a que nós não conseguimos chegar.

Conclusão

1. A História de Alhos Vedros estende-se até às origens do país e desenvolve-se com ele. Note-se que quando estamos a falar de Alhos Vedros no século XIII, estamos necessariamente a falar de uma região que se alarga aos concelhos atuais de Alcochete, Montijo, Moita e Barreiro, pois que todos eles integravam o velho concelho do Ribatejo, do qual Alhos Vedros constituía com Santa Maria de Sabonha (atual S. Francisco) as duas sedes principais desse concelho.

Para que se possa avançar mais no conhecimento das origens de Alhos Vedros e região, caberá aos nossos arqueólogos um papel fundamental, já que a escassez de documentos escritos, muito provavelmente não permitirá aos historiadores recuar muito mais para trás no tempo do que aquilo que já se conseguiu. Existe um hiato enorme entre o tempo que nos é dado pela história local sobre as origens de Alhos Vedros e o povoamento da região assinalado pelos estudos arqueológicos que remontam,

pelo menos, ao Neolítico (30 mil anos atrás), o qual nos é absolutamente desconhecido.

Por agora, apenas se pode dizer que o documento escrito mais antigo que se conhece sobre Alhos Vedros data de meados do século XIII e o documento mais antigo sobre a Igreja Matriz data de 1298 e que, portanto, antes desse tempo não é possível comprovar a existência de Alhos Vedros.

2. No século XIV Alhos Vedros ganha autonomia face ao velho Concelho do Ribatejo e constitui um concelho próprio. Os limites desse concelho são entre a Aldeia Galega, Palmela e Coima Antiga.

3. Podem-se estabelecer um conjunto de fortes relações do concelho de Alhos Vedros com a Expansão Ultramarina Portuguesa, quer a partir de importantes figuras históricas que por ele passaram ou habitaram, tal como a partir de alguns núcleos de relevante importância económica, como eram os fornos dos biscoitos em Vale de Zebro, o estaleiro naval da Telha da Ribeira das Naus, ou os fornos de cerâmica da Mata da Machada, todos com relação intrínseca aos Descobrimentos Portugueses.

4. É verdadeiramente impressionante a lista de figuras de relevo da história de Portugal que se podem relacionar com Alhos Vedros:

- D. Dinis, rei de Portugal, e a indústria naval
- Gonçalo Lourenço de Gomide, “escrivão da puridade” (equivalente a um 1º ministro dos tempos atuais), avô de Afonso de Albuquerque governador e vice-rei da Índia
- D. João I, o Mestre de Avis, rei de Portugal

- A Ínclita Geração: D. Duarte, futuro rei de Portugal; Infante D. Henrique, Grão-Mestre da Ordem de Cristo e figura de proa da Expansão Ultramarina, etc. (filhos de D. João I)
- D. Afonso, Conde de Barcelos, filho bastardo de D. João I (que sabemos estava com o Rei em Alhos Vedros quando do luto da Rainha Filipa de Lencastre...), casado com D. Beatriz, a filha do Condestável do Reino D. Nuno Álvares Pereira que, por via disso, também talvez tenha por cá andado.
- Álvaro Velho, o provável cronista da Viagem de Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia por Vasco da Gama
- D. Manuel, Rei de Portugal, o outorgante da Carta de Foral que sabemos esteve por cá através de carta de Gil Vicente, o pai do Teatro em Portugal
- Afonso de Albuquerque, governador e vice-rei da Índia, neto de Gonçalo Lourenço de Gomide, um dos grandes senhores de Alhos Vedros
- Luís de Camões e as suas referências a Alhos Vedros na sua farsa “El-Rei Seleuco”.

5. Pode, pois, concluir-se dizendo que muita coisa já se conhece sobre a história de Alhos Vedros e da região, mas que muito ainda estará por descobrir, muito também carecendo de confirmação científica.

Parece-nos inegável o relevante valor da nossa história e o potencial desenvolvimento social e económico que daí poderá advir. Neste sentido, precisamos de avançar o mais possível para a conservação do património que ainda resta, cuidar da preservação da memória, mais descobrir para mais acrescentar, afinal, tratar da história do futuro que é o que mais interessa.

Assim, aproveitamos a presença do Sr. Presidente da Câmara Rui Garcia para lhe sugerir o quão seria importante conseguirmos recuperar O Palacete dos Condes de São Paio, um testemunho patrimonial de primeira água da nossa história local, lugar onde com elevada probabilidade ficou D. João I e onde conjuntamente com seus filhos, a célebre “Ínclita Geração”, terão decidido partir à conquista de Ceuta, naquela que é considerada a primeira etapa da Expansão Ultramarina Portuguesa, uma das grandes realizações de Portugal no mundo.

Referências Bibliográficas

ALVES, P. Carlos Póvoa, *Informações Paroquiais de Alhos Vedros e Moita*, edição do autor, 1992

BORGES, Paulo, *É a Hora! A mensagem da Mensagem de Fernando Pessoa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2013

FONSECA, Branquinho da, *As Grandes Viagens Portuguesas*, Manuscrito Editores, Sintra, 1984

GONZALEZ, António Guilherme Branco, *Prospecções arqueológicas em locais de obras no Concelho da Moita e seu acompanhamento*, in I Jornadas de História e Património Local. Edição Câmara Municipal da Moita, 2004, pp.61-66

LIMA, Augusto C. Pires de Lima, *El-Rei Seleuco, Luís de Camões*, Editorial Domingos Barreira, Porto, s/d, 3ª edição

MENDANHA, Vítor, *Conversas com Agostinho da Silva*, Pergaminho, Lisboa, 1994

PRÔA, Miguel Pires, *Escrivães da Puridade, Blogue Gaveta com Saber, capturado em 11/10/2009 (url: <http://gavetacomsaber.blogspot.pt/2009/10/escrivaes-da-puridade-secs-xiii-xviii.html>)*

SANTOS, Francisco José Noronha dos, *A Decisão, D. João I em Alhos Vedros – Julho de 1415*, edição do autor, 2011

SANTOS, Francisco José Noronha dos, “A Decisão” – D. João I em Alhos Vedros. *Considerações Finais*, Revista digital “Estudo Geral”, 7 de Dezembro de 2013 (<http://luis-eg.blogspot.pt/2013/12/a-decisao-d-joao-i-em-alhos-vedros.html>)

SANTOS, Maria Clara e VARGAS, José Manuel (Estudo, Transcrição paleográfica e notas), *Foral de Alhos Vedros*, Edição Câmara Municipal da Moita, 2000

SILVA, Teresa Rosa (organização), *I Jornadas de História e Património Local*, Edição Câmara Municipal da Moita, 2004

SILVA, Vítor Manuel, *Contributos para a História Local do Concelho da Moita, vol. 1 e 2, edição do autor, 2005/2006*

SOARES, Joaquina, SILVA, Carlos Tavares, GONZALEZ, António, Gaio: Um Sítio do Neolítico Antigo do Estuário do Tejo, in *I Jornadas de História e Património Local*. Edição Câmara Municipal da Moita, 2004, pp. 37-60

VARGAS, José Manuel, *O Antigo Concelho do Ribatejo*, in *I Jornadas de História e Património Local*. Edição Câmara Municipal da Moita, 2004, pp.119-124

Idem, *Aspectos da História de Alhos Vedros (séculos XIV a XVI)*, Edição da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, 2007

III - Textos escritos para a Revista “Alius Vetus”

1. REVISTANDO...

(Carta de resposta a repto de Vítor Cabral, fundador da Revista “Alius Vetus”, no início da publicação da Revista)

Há que aproveitar este período de graça que decorrerá até 2014 para obtermos alguns bons resultados para este lugar que é nosso e nos constitui numa dimensão gloriosamente humana.

Conseguindo aprimorar-nos, conseguindo ser, melhores serão os outros. Quanto mais fizermos por Alhos Vedros, melhor será o concelho, a região e as suas gentes.

História, cultura, património, turismo, desenvolvimento local e qualidade de vida, são diferentes faces de uma mesma realidade na sua dimensão holística.

Alhos Vedros tem uma riqueza histórica deveras considerável. Atrevo-me a dizer, agora que ninguém nos está a ouvir, que a História de Alhos Vedros se cruza inexoravelmente com a História de Portugal. Quando Alhos Vedros se engrandeceu, o país redimensionou-se, e vice-versa. A relação pode não ser direta, mas que o silogismo é verdadeiro, lá isso é.

Reconhecido, então, que a riqueza histórica existe e constitui uma das mais-valias da terra, há que desocultá-la. E é nesse processo que nós estamos. Assim, a Associação Alius Vetus, a Revista, a Comemoração do Foral, etc., devem apontar energias para a sua revitalização, para uma dimensão prática que permita trazer à tona aquilo que tem estado encoberto e que com o passar do tempo acabará por desaparecer, porque se não lhes

dermos visibilidade, os sinais físicos serão cada vez menores. Temos de identificar, sinalizar, recuperar, restaurar, o património histórico.

Além da riqueza histórica Alhos Vedros constitui-se também por um rico património cultural e artístico.

Conhecemos bem a extraordinária dinâmica cultural que cruza esta terra, desde há muitos anos, o que lhe dá uma engraçada peculiaridade. A Feira do Livro, o Carnaval da Velhinha, a CACAV, os Festivais Internacionais de Folclore são alguns bons exemplos que o justificam.

Por outro lado, existem a título individual um bom número de criadores, artistas, que estão muito mal aproveitados. Os apoios são curtos e as artes têm dificuldade em desenvolver-se. Quem já não ouviu falar dos livros que se escrevem, dos poemas, das músicas, das canções, dos pintores, dos escultores, do teatro. Como se poderá rentabilizar melhor toda esta riqueza? Creio não ser tarefa fácil, mas tudo bem aproveitado daria um pulsar bem diferente a toda esta comunidade.

Em resumo diria que é necessário tratar do património, manter a dinâmica cultural, apoiar os artistas. Tudo isto trará desenvolvimento local, potenciará o turismo, melhorará a qualidade de vida.

À revista caberá dar visibilidade a toda esta realidade e a partir dela partir para a concretização do maravilhoso impulso criativo que caracteriza estas gentes. E os frutos já se vê, alargando a consciência conquistaremos as boas graças dos céus.

2. VAMOS LÁ AO MUSEU?...

“...Eu avanço com uma sugestão: Penso que o espaço indicado para a construção do prometido espaço museológico será o Palacete do Cais Velho de Alhos Vedros. Não haverá outro sítio no Concelho, onde se respirará com mais força os ecos da nossa história.”

Surgem estas palavras ainda na sequência do “Ponto de Encontro sobre a História”, um Encontro organizado pelos Amigos da História Local que decorreu no Centro Paroquial de Alhos Vedros, em Setembro passado.

Ali se anunciou o nascimento de uma nova associação cultural, Alius Vetus – Associação Cultural História e Património que, segundo as palavras de Vítor Cabral, aparece com os olhos postos no futuro, dada a proximidade da data em que Alhos Vedros comemorará os 500 anos da atribuição do Foral pelo rei D. Manuel I, na sua elevação a Vila.

Bem-vindo seja, pois, quem atempadamente se ocupa de tão dignos propósitos, sobretudo, porque está mais que na hora de valorizarmos o património histórico que temos entre mãos, porque é nosso, tem valor e não há razão para continuar encoberto e maltratado.

No referido “Encontro”, onde infelizmente só pudemos estar presentes nas comunicações da tarde, ouvimos o nosso estimado amigo António Ventura falar sobre “Alhos Vedros no contexto económico da margem esquerda do estuário no Antigo Regime (sécs. XVII e XVIII)”, onde numa palestra apoiada por

documentação quanto baste, seriedade e rigor, nos foi dizendo do declínio económico que o Concelho de Alhos Vedros começou a revelar neste período. De tal forma que, como sabemos, no século XIX, depois de reformas políticas na reorganização administrativa do território, deixou de ser a sede de Concelho.

Mas como também referiu com clareza António Ventura, na parte introdutória da sua comunicação, foi grande a importância histórica que Alhos Vedros teve na região, nos três ou quatro séculos que antecederam esse declínio económico. Avançamos com alguns exemplos que justificam essa afirmação:

O valor da atribuição da carta de foral atribuída pelo rei em 1514; a grande importância que a região teve na expansão ultramarina; a suposta autoria de Álvaro Velho no “Roteiro”, título da crónica que relata a viagem de Vasco da Gama à Índia; o luto que o Rei D. João I cumpriu em Alhos Vedros, quando da morte da rainha Filipa de Lencastre, onde também vieram os seus filhos antes de partirem para a conquista de Ceuta – recordemos que um dos seus filhos era o Infante D. Henrique, a grande figura dos Descobrimentos Portugueses; os mais antigos registos escritos que existem da Igreja Matriz de Alhos Vedros, datados de finais do século XIII, mesmo não dando conta da sua real origem, já que são conhecidos relatos que vão até ao início da nacionalidade, como será o caso da lenda da Nossa Senhora dos Anjos, se bem que aqui os amigos historiadores talvez tenham dificuldade em chegar.

Já para os nossos amigos arqueólogos que muito trabalho têm desenvolvido pelo Concelho, essas dificuldades não se põem, pois que os vestígios encontrados apontam para uma ocupação humana destes lugares há, pelo menos, 5 ou 6 mil anos.

Destaquemos aqui, nas várias escavações que têm sido efetuadas por cá, o trabalho de António Gonzalez que com poucos apoios, mas muita vontade, tem possibilitado um conhecimento mais alargado do passado da nossa região. E diga-se, para bem da verdade, começou Gonzalez todo este trabalho, numas escavações que decorreram à volta da Igreja Matriz de Alhos Vedros, onde então pode contar com o apoio e a colaboração da Cooperativa de Animação Cultural (CACAV).

Entre historiadores e arqueólogos, também não queremos deixar de elogiar as pesquisas desenvolvidas por José Manuel Vargas que, embora não tenhamos tido a possibilidade de ouvir neste encontro, já tivemos oportunidade de o escutar várias vezes e até de ter lido farta documentação sobre o assunto por ele desenvolvida.

Diga-se também que, aqui e ali, tem vindo a Autarquia a apoiar algumas iniciativas nos estudos da história local, mas que muito mais seria de esperar por parte de quem tem a responsabilidade política dos destinos da região, faz muitos anos. Em abono da verdade, deveremos dizer que temos verificado alguma manifesta insensibilidade dos nossos responsáveis autárquicos, no que toca à preservação do património histórico do Concelho. Tanto quanto sabemos, e até pode ser que saibamos pouco, muito reduzida tem sido a inventariação, sinalização ou identificação dos nossos testemunhos históricos.

E depois, com o passar dos anos, se não se preserva o património, ele acaba por desaparecer. Pensemos, por exemplo, no saudoso velho cinema, ou no edifício da velha “Cadeia”, que, faz pouco tempo, foram destruídos para dar lugar a casas de habitação.

Em nossa perspectiva, torna-se necessário que a edilidade, para lá de desadequados interesses políticos e velhos mecanismos de preservação do poder, apoie incondicionalmente todos os agentes individuais ou coletivos, que se têm ocupado em dar visibilidade às riquezas locais, culturais e artísticas, muitas vezes com prejuízo pessoal e profissional. Afinal, o interesse na construção de uma boa qualidade de vida na região é de todos, sem exceção.

Também é verdade que não estamos no deserto e muita coisa tem sido feita. Refiram-se, por exemplo, as boas notícias dadas no “Encontro”, pela senhora vereadora da cultura, sobre a recuperação do Moinho de Maré de Alhos Vedros, ou da aquisição por parte da Autarquia do Palacete do Cais Velho que passou a ser propriedade da Câmara Municipal.

Aliás, por todas as razões apontadas atrás, constitui este Palacete um magnífico lugar para instalação de um Museu Municipal. O Concelho da Moita deverá ser o único do Distrito que não tem sequer um Museu. É um défice enorme no panorama cultural do Concelho que temos de considerar. Eu avanço com esta sugestão: Agora que isso se tornou possível, penso que o espaço indicado para a construção do prometido espaço museológico será o Palacete do Cais Velho de Alhos Vedros. Não haverá outro sítio no Concelho, onde se respirará com mais força os ecos da nossa história.

Depois do muito trabalho já desenvolvido, torna-se urgente que se dê visibilidade junto da população dos materiais já desenterrados, escritos, edificados. Uma população que não conheça o seu passado nunca dará boa conta da sua identidade. Temos entre mãos um conjunto enorme de riquezas em que

tardamos a dar o devido valor. O nosso património histórico, arqueológico, cultural, artístico (e desportivo, apesar de tudo), é vasto e riquíssimo. Não há mais tempo a perder.

3. É a Hora!

Aqui ao leme sou mais do que eu:

Sou um povo que quer o mar que é teu;(…)

(Fernando Pessoa, *in* O Mostrengo, Mensagem)

Referem-se estes dois versos de Fernando Pessoa ao Adamastor, figura da mitologia greco-romana, também já referida por Luís de Camões nos *Lusíadas*, e que representava o grande obstáculo físico a ultrapassar durante as viagens portuguesas das Descobertas, a dobragem do Cabo da Boa Esperança, a entrada no Oceano Índico, na altura a porta de acesso a um mundo pouco mais que desconhecido, a costa leste africana e o acesso à Índia por mar.

A essa figura mitológica chamou Fernando Pessoa de “Mostrengo”, num poema que se inclui na segunda parte da “Mensagem”, o único livro publicado em vida pelo poeta, onde se enaltece a liderança de D. João II, rei de Portugal que dava prioridade na expansão ultramarina à descoberta do caminho marítimo para a Índia, seguindo a política expansionista do seu tio-avô e do seu bisavô, respetivamente, o Infante D. Henrique e D. João I, o Mestre de Avis.

É com D. João I que se costuma marcar o início da expansão ultramarina portuguesa, quando uma frota sai de Lisboa em 25

de Julho de 1415, com cerca de 20 mil homens, para conquistar Ceuta, intenção que se tornaria realidade no dia 22 de Agosto, do mesmo ano. Mas para perceber todo o contexto da Expansão talvez devêssemos recuar até D. Dinis e à constituição da Ordem de Cristo, ou até mesmo ao início da nacionalidade, mas como não é esse o motivo que aqui nos trás deixaremos essa parte da história para outra oportunidade.

Cruza-se a conquista de Ceuta com a história de Alhos Vedros. Como se encontra descrito na “Crónica da Conquista de Ceuta”, por Gomes Eanes de Zurara, encontrava-se D. João I em período de nojo, por morte de sua mulher, A Rainha Filipa de Lencastre, quando os infantes Duarte, Pedro e Henrique, a célebre “Ínclita Geração”, vieram consultar o Rei sobre o que fazer acerca dos planos para a conquista desse importante entreposto africano e mouro.

Refere Gomes Eanes de Zurara que D. João I estava em Alhos Vedros numa quinta que pertencia a D. Afonso, Conde de Barcelos, seu filho bastardo. E, desde logo, uma série de questões se levantam. Qual quinta? Onde se localizava? E teria a quinta um palácio? Qual palácio? Talvez estas e outras respostas possam ser dadas pelos nossos investigadores de história local ou arqueologia. Talvez os responsáveis políticos da nossa autarquia possam impulsionar essa investigação.

No próximo ano, 2014, teremos as comemorações dos 500 anos da atribuição da Carta de Foral a Alhos Vedros, pelo Rei D. Manuel I, rei que imediatamente sucedeu no tempo a D. João II. Foral é a carta que define a existência jurídico-administrativa de um concelho, onde se expressam, por exemplo, limites

territoriais e obrigações fiscais. Para lá da mobilização que a sociedade civil tem vindo a fazer, de forma a comemorar condignamente essa importante data da atribuição do Foral, sendo desde logo de realçar o extraordinário empenhamento que a Associação “Alius Vetus” tem vindo a fazer nos últimos anos, muito particularmente com a organização da Feira Medieval, um dos grandes acontecimentos culturais locais, espera-se igualmente dos responsáveis políticos e associativos do concelho uma colaboração mútua que esteja à altura das circunstâncias.

Muito está por fazer para que se possa conhecer condignamente a riqueza da nossa história local. Tirando algumas publicações escritas e algumas realizações culturais, muito pouco tem sido feito de forma coordenada e com objetivos bem definidos, de forma a dar-se uma adequada visibilidade à nossa história e ao nosso património.

Então, não foi o barreirense Álvaro Velho o cronista da Viagem de Vasco da Gama à Índia quando o Barreiro ainda era pertença do nosso concelho? Que interessantes relações históricas existiram entre estes concelhos limítrofes? Sabemos que a Carta de Foral para o Barreiro só foi atribuída em 1521, posteriormente à atribuição da Carta de Foral a Alhos Vedros. Mas qual a importância que estes concelhos tiveram na expansão ultramarina? Aqui ficavam estaleiros de caravelas? Fornos de biscoitos com que se alimentavam os nautas?

Então, e não tinha Afonso de Albuquerque, que foi vice-rei da Índia (!), um morgado em Alhos Vedros, e não deteve a sua família durante gerações o senhorio da vila de Alhos Vedros?

E o que dizer dos vários cavaleiros da tão famosa na região, mas entre nós quase incógnita, Ordem de Santiago, como Diogo Ferreira, Fernão Lopes, Afonso de Viana, António Vidal, daqui oriundos?

E que história é essa de Luís de Camões se ter referido a Alhos Vedros, em El-Rei Seleuco, numa das suas farsas literárias?

A Igreja de Alhos Vedros foi construída no século XIII? É a essa data que remonta o documento escrito mais antigo que a refere? E antes disso já se escrevia por cá? E porque se escrevia em galaico-português? Quando se institui a Língua Portuguesa? D. Dinis? Santa Isabel de Aragão? Ordem de Cristo? Culto popular do Espírito Santo?

E quais os limites desse antigo Concelho? E sobre o pelourinho? Não estaria na altura de se fazer algum restauro à Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros, e torná-la num espaço condigno que esteja à altura do seu valor patrimonial, mesmo sem que seja necessário gastar muito dinheiro? Será que foi construída em 1587?

E sobre o palacete da Quinta da Fonte da Prata? Não se devia recuperar um edifício de tamanha história e beleza? E não devíamos fazer o mesmo com o restante património histórico que ainda temos? Não precisamos de um núcleo museológico onde se possam revelar os feitos dos nossos antepassados? E de uma unidade hoteleira? Onde podemos albergar algumas das pessoas que vêm de fora para assistir à nossa magnífica Feira Medieval? E não será tudo isto muito importante para o

comércio local? Então não há que dinamizar a economia do lugar, onde tantos acontecimentos culturais e artísticos se vão realizando?

É a Hora.

Outros Livros do Autor:

. *Agostinho da Silva, Filosofia e Espiritualidade, Educação e Pedagogia* (Tese de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015.

. *Alhos Vedros da Minha Alma* (antologia c/ out.). Vila Nova de Gaia: EUEDITO Edições, 2013.

. *Entre-tanto o Mundo!* (ensaios). Vila Nova de Gaia: EUEDITO Edições, 2012.

. *Poemas*. Lisboa: BUBOK Publishing, 2011.

. *O Espírito dos Pássaros*. Lisboa: BUBOK Publishing, 2010.

. *Nós e o Rio; Estórias de Lá e de Cá*. Alhos Vedros: Jornal O Rio, In, <http://noseorio.blogspot.pt/>, 2010

. *A Educação Nova, a Escola Moderna e a Construção da Pessoa – Desenvolvimento, Cidadania e Educação* (Tese de Mestrado). Monte da Caparica: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

. *O Estandarte da Paz*. Setúbal: Livraria Uni Verso Ed., 2003.

. *O Tempo da Língua* (ensaios). Alhos Vedros: edição do autor, 2002.

. *Do Convento*. Setúbal: Livraria Uni Verso Editora, 1996.

. c/ BATISTA, José Augusto, *Dicionário de Ciências Naturais*. Lisboa: Texto Editora, 1993.

